

## **ROCHA, Francisco José da**

\*pres. BA 1877; pres. SC 1885-1888; min. TCU 1897.

*Francisco José da Rocha* nasceu em Salvador no dia 10 de fevereiro de 1832, filho de Francisco José da Rocha.

Em 1852 formou-se bacharel em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito de Olinda. Jornalista, foi o fundador e primeiro proprietário do *Jornal da Bahia*, criado em 1853. A partir de 1879 o jornal passaria a ser propriedade do Partido Conservador e receberia o nome de *Gazeta da Bahia*. Em 1890, o periódico seria vendido para uma associação de políticos e passaria a circular com o nome de *Estado da Bahia*.

Em 1869 foi eleito deputado provincial e assumiu o posto de diretor-geral da Instrução Pública da Bahia. Sua atuação destacou-se pela defesa do ensino obrigatório e pela criação de escolas noturnas. Em 1870, tornou-se quarto vice-presidente da província da Bahia. No ano seguinte deixou a direção da Instrução Pública e foi o responsável pela execução na Bahia da Lei do Ventre-Livre, que garantiu a liberdade para os escravos nascidos no Brasil a partir da promulgação da lei, em setembro de 1871. Em 1877, assumiu interinamente a presidência da província. Entre 1885 e 1888, exerceu o cargo de presidente da província de Santa Catarina. Recebeu os títulos de comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa.

Já na República, em 1894, tornou-se diretor das Rendas Públicas do Tesouro Federal. Ainda em 1894 foi designado representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), cargo que exerceu até 1896. Em 4 de janeiro de 1897 tomou posse como ministro do TCU. O tribunal, criado pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e norteados pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia, foi institucionalizado definitivamente pela Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa. Contudo, sua efetiva instalação só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho de Serzedelo Correia, ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Originariamente o TCU era responsável pelo exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas à receita e à despesa da União. A Constituição de 1891 conferiu-lhe competência para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar sua legalidade

antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Exerceu o cargo de ministro do TCU durante todo o ano de 1897. Ao longo da vida, foi ainda diretor da Caixa Econômica, presidente da diretoria do Banco da Bahia e diretor da Seção de Estatística do Tesouro Nacional, no Rio de Janeiro.

Publicou *Visita de Sua Majestade Imperial, o Sr. Dom Pedro II à cachoeira de Paulo Afonso* (1860); *Relatório de instrução pública da província da Bahia* (1871); *Sociedades em comandita, segundo o Código Comercial do Império do Brasil* (1884); *Sociedades em comandita por ações* (1885); e ainda *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província de Santa Catarina, Desterro, atual Florianópolis* (1886).

*Izabel Pimentel da Silva*

Fontes: BLAKE, A. *Diccionario*; SOUSA, J. *Índice*; TRIB. CONT. UNIÃO. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU>>; TRIB. CONT. UNIÃO. *Ministros do Tribunal*.